

ACTA Nº 08/2010

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE SETEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA UM DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E DEZ. -----

A um de Outubro do ano dois mil e dez, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a segunda reunião da Sessão de Setembro destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 5 – Apreciação e votação das alterações ao Regulamento do Museu Marítimo de Ílhavo; -----

Ponto 6 – Apreciação e votação de proposta, para nos termos do disposto no art.º 112º do Código do Imposto Municipal s/Imóveis (IMI), se fixarem taxas para vigorar no Município de Ílhavo, no ano de 2011; ---
--

Ponto 7 – Apreciação e votação de proposta, de uma Derrama para a cobrança do ano de 2011. (alínea f) n.º 2, do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 SET, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro); -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Maria do Rosário Silva -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente José Ribau Esteves e os Vereadores, Fernando Caçoilo, Beatriz Martins, Paulo Costa, José Vaz e Júlio Merendeiro. Estive ausente o Vereador Marcos Ré. -----

FALTAS: -----

Mariana Franco, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista Manuel Soares. -----
--

Maria de Fátima Bola, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista Licínio Graça. -----
--

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo a presença de: António Neves Vieira, Carlos Sarabando, Paulo Nordeste, Maria do Rosário Silva, António Flor Agostinho, António Pedro Martins, Mário Júlio Ramos, Maria de Lurdes Vieira, Manuel Soares, Daniel Tavares, Pedro Parracho, António Pinho, Paulo Trincão, Susana Diamantino, Amantino Caçoilo, Hugo Coelho, Jorge São Marcos, Licínio Graça, José Alberto Loureiro, Júlio Barreirinha, Catarina Resende, Rufino Filipe, Manuel Serra, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. -----

A reunião teve início às 21H00. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 5 – Apreciação e votação das alterações ao Regulamento do Museu Marítimo de Ílhavo; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento, tendo este dado a palavra ao Vereador Paulo Costa: -----

1ª INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO COSTA: Dá início à sua intervenção, explicando à Assembleia que a apresentação deste documento resulta acima de tudo da necessidade de o adequar à realidade actual do Museu, fruto da experiência obtida nos últimos anos. -----

No que diz respeito em particular ao horário e taxas de ingresso, refere que foram efectuados alguns ajustes no horário, que se verificaram também úteis na gestão interna do MMI. -----

Faz referência à criação de um novo desconto para portadores de cartão de estudante, considerando o ajustamento das taxas oportuno e necessário, mantendo-se o Museu competitivo ao nível daquilo que é o custo de ingresso, quando comparado com outros museus. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

FLOR AGOSTINHO: Refere que o Museu Marítimo e o Navio Santo André são hoje uma referência na nossa história, em especial na relação dos ilhavenses com o mar. -----

Menciona que estes dois equipamentos municipais têm promovido cada vez mais actividades de divulgação da Cultura e toda a história do Mar com colecções, exposições e acções de qualidade, tendo também

disponibilizado condições físicas e meios tecnológicos de modo a proporcionar qualidade, conforto e bem estar a todos os que o visitam, revelando-se dois equipamentos de referência nacional. -----

--

Sendo que estes pequenos aumentos são fruto dos melhoramentos de equipamentos, não vê inconveniente em aprovar o aumento da tabela de taxas. -----

PEDRO MARTINS: Acha a actualização das taxas razoável e aceitável visto estarem em linha com os preços praticados nos museus em Portugal. Considera aceitável a actualização para que a receita contribua para suportar as despesas de funcionamento. No que diz respeito ao regulamento propriamente dito, propõe algumas alterações, nomeadamente no relativo à proibição em comer e beber com excepção na área da cafetaria ou em casos excepcionais autorizados pelo Presidente da Câmara Municipal. -----

No que respeita ao artigo 10º; "...é permitida a utilização de aparelhos fotográficos e câmaras de filmar..." sugere que seria conveniente referir apenas que é permitida a recolha de imagem e som, sendo que desta forma seria mais abrangente, bem como, no artigo 9, nº 3, deveria também mencionar as mochilas escolares. -----

PAULO TRINCÃO: Começa por referir que o Museu Marítimo é um museu de grande qualidade a nível nacional. Pergunta qual a ligação do Museu Marítimo à Rede Portuguesa de Museus. Refere que apesar do Museu ter uma actividade cultural muito forte, o espólio da colecção deveria ser melhorada com mais elementos marítimos e, atendendo à proximidade da actividade científica ligada ao mar na Universidade de Aveiro, refere que seria de todo o interesse estabelecer parcerias com esta Entidade. -----

JOSÉ LOUREIRO: Por entender que há modalidades mais vantajosas, questiona se é possível uma família com a tipologia indicada optar por outro modo de pagamento conforme tabela de taxas em vigor. Defende que se os visitantes comprarem os bilhetes individualmente pagam menos. -----

--

ANTÓNIO PINHO: Em relação ao conceito família, defende que o número de filhos deveria ser alargado por forma a abranger outras tipologias de famílias. -----

Defende esta alteração como forma de promoção de políticas de natalidade, não havendo qualquer impacto financeiro para a Câmara Municipal, mas sim como incentivo. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vereador Paulo Costa para responder às questões colocadas: -----

----2ª INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO COSTA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Refere que o Museu foi uma aposta ganha, sendo cada vez mais visitado e também solicitado para parcerias em projectos importantes, assumindo-se como um museu de referência no País. -----

Como exemplo refere que num estudo efectuado pela extinta Rota da Luz, o Museu Marítimo surgia como uma das principais referências entre os turistas que visitavam a região. -----

Em resposta ao membro Pedro Martins, diz que a Câmara Municipal defende regulamentos que sejam espelho da realidade. -----

No que respeita ao artigo 9º, diz que não acha aceitável que as pessoas andem a comer e beber enquanto visitam o MMI, sendo que poderá haver casos excepcionais, devidamente autorizados pelo Presidente da Câmara Municipal. -----

Quanto ao artigo 10º, é opinião desta Câmara Municipal que a captura de imagens deve ser autorizada, pois servirão para a divulgação do Museu, de modo a que este passe a ser ainda mais visitado. -----

No que respeita à proibição de entrada de mochilas, esclarece que a mochila está incluída no conceito de saco. -----

Em resposta à questão do membro Paulo Trincão, informa que esteve ainda em Maio, em Beja, na cerimónia de integração do Museu Marítimo de Ílhavo na Rede Nacional de Museus. No que diz respeito ao espólio do Museu, menciona que existe actualmente uma colecção muito vasta, que vai sendo mostrada ao longo do tempo. Relativamente à ligação com a Universidade de Aveiro informa que ela existe, é muito importante e é vontade da Câmara aprofundá-la ainda mais. -----

No que diz respeito à tipologia “família”, não concorda com o que diz o membro José Alberto, pois defende que existe sempre uma poupança comprando o bilhete família. Informa ainda que o facto do bilhete familiar ser constituído por um casal e 2 crianças é fruto da experiência que temos vivenciado. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

ANTÓNIO PINHO: Dada ser referida esta tipologia de família como a mais frequente entende que se está a excluir deste benefício todas as restantes famílias. -----

Questiona se no regulamento está prevista a excepção na entrada de cães guias. -----

JOSÉ LOUREIRO: Chama a atenção para o facto do bilhete família poder a vir tornar-se mais dispendioso que outras condições oferecidas. -----

PEDRO MARTINS: Afirma que tem orgulho no Museu Marítimo de Ílhavo e no Navio Museu Santo André, tendo havido um trabalho excepcional na divulgação da cultura marítima. -----

Refere que os funcionários e a sua formação, são um suporte fundamental para o bom funcionamento destes equipamentos. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vereador Paulo Costa para responder às questões colocadas: -----

-----3ª INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO COSTA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

Responde ao membro António Pinho dizendo que há legislação específica sobre os cães guias. -----

Discorda que existam falhas no texto, sendo um regulamento que serve bem os interesses do Município e dos seus visitantes. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 6 – Apreciação e votação de proposta, para nos termos do disposto no art.º 112º do Código do Imposto Municipal s/Imóveis (IMI), se fixarem taxas para vigorar no Município de Ílhavo, no ano de 2011; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Informa que o Executivo Municipal deliberou a manutenção das taxas de IMI, por força da importância que tem na estrutura de receita da Câmara Municipal, visto ter tendência para baixar. -----

Em Maio, houve uma perda substancial no orçamento, tanto na diminuição da assistência do Fundo do Orçamento de Estado, assim como no agravamento do IVA. -----

Nesta ambiência tomou-se a decisão de manter a taxa sobre o IMI. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JORGE SÃO MARCOS: Baseando-se no discurso proferido pelo Ministro das Finanças, informa não saber o que irá ocorrer com a transferência de verbas para as Câmaras Municipais. -----

Refere que caso exista uma menor receita, irá haver uma menor transferência do poder central para as Câmaras e a dependência das autarquias locais relativamente ao IMI ainda vai ser mais significativa. -----

Defende a diminuição do peso das taxas do IMI por esta atenuar alguns problemas financeiros. -----

Nessa perspectiva faz a proposta da redução de meia décima na taxa máxima para os prédios urbanos, e de uma décima para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. -----

PEDRO MARTINS: Refere que o PS face à deliberação tomada pela Câmara Municipal irá manter a mesma linha de voto que os Vereadores manifestaram. -----

Refere que o PS reconhece que o momento é de alguma seriedade e rigor nas Contas do Estado, mas também deve ser nas Contas das Autarquias Locais. -----

Defende contudo que há margem para descer uma décima. -----

JOSÉ LOUREIRO: Refere que se está a viver tempos conturbados sem a certeza da aprovação do Orçamento de Estado, arrastando o Município de Ílhavo face à crise. -----

Justifica que as receitas municipais têm vindo a baixar. Contudo, defende que se houvesse possibilidade de baixar essa taxa seria uma ajuda para as pessoas. Termina opinando que o Partido Socialista parece não ter ainda percebido a situação económica do País. -----

ANTÓNIO PINHO: É sua opinião que apesar da vontade que os Municípios possam ter em baixar os impostos, isso não é possível. -----

Face ao momento em que vivemos é importante para as pessoas a aplicação das taxas mínimas, mas para fazer face à exigência do Orçamento de rigor da autarquia há necessidade da aplicação das taxas apresentadas que não são o máximo. A conjuntura nacional não permite às autarquias segurança e apoio das transferências do Orçamento de Estado. -----

Na sua opinião não há espaço para aceitar a proposta do PS. -----

FLOR AGOSTINHO: Opina que a cobrança do IMI tem sido importante para o Município de Ílhavo, não sendo pedido à Assembleia um aumento de taxas, mas sim a aprovação da sua manutenção. -----

Isto já vem a acontecer desde 2004, sem qualquer tipo de subidas, temos de continuar a ser coerentes, com a estratégia, o desenvolvimento e o crescimento do Concelho. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

-----2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): As taxas do IMI têm grande importância para a gestão do município, até pela previsão da redução da receita vinda do Orçamento de Estado. -----

Apesar de toda a situação económica, entende que se deve apostar em investimento, pois é a resolução para estabelecer equilíbrio. Afirma ainda que, a Câmara Municipal tem estrutura orgânica que lhe dá condições de segurança, visto que há estabilidade, bem como não há empresas municipais que contribuam para mais despesas. Indica ainda que, se houvesse iniciativa da Administração Central em reorganizar a sua estrutura orgânica, as despesas seria bem menores. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOSÉ LOUREIRO: Comenta que o aumento dos impostos não é a solução dos problemas que necessitam de solução urgente e imediata, visto que esses são sempre aplicados à classe trabalhadora. -----

JORGE SÃO MARCOS: Entende que o problema em causa reside na situação futura da população portuguesa, visto que a sua postura não demonstra empenho em resolver os problemas a longo prazo, prevenindo o aparecimento de outros. -----

PEDRO MARTINS: Compreende que a realidade de muitas famílias seja complicada e agravada com a aplicação de elevadas taxas. Nessa medida, questiona o Presidente da Câmara solicitando informação sobre qual a receita de contribuição autárquica obtida há dez anos atrás. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

---3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Comenta que os municípios têm noção sobre qual o destino para as receitas do IMI, visto que há obra feita e de conhecimento de todos. -----

Informa que a receita e investimento há dez anos atrás era bastante mais baixa que a da actualidade. -----

---VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria, com dezasseis (16) votos a favor do PSD e sete votos contra (6 PS e 1CDU) e duas abstenções dos membros António Pinho e Domingos Vilarinho. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

Membro da CDU: -----

“Sendo que estão a ser aplicadas taxas nacionais, eu voto contra, porque sempre entendi que o IMI aplicado neste momento aos Portugueses é demasiado oneroso colocando-os em sérias dificuldades.-----

01/10/2010 -----

Ass) José Loureiro -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 7 – Apreciação e votação de proposta, de uma Derrama para a cobrança do ano de 2011. (alínea f) n.º 2, do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 SET, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro); -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

-----1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

A Derrama vai com o seu nível dramaticamente descendente de Janeiro a Agosto a perder 34% em relação ao valor do ano passado. Não temos conhecimento que a derrama seja um problema para quem a paga, e por isso tranquilamente mantemos o valor que temos vindo a aplicar desde que entrou em vigor a nova Lei das Finanças Locais. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

ANTÓNIO PINHO: Diz defender o mesmo princípio que defendeu relativamente ao IMI. -----

PEDRO PARRACHO: É sua opinião que se devem manter estas taxas porque as empresas têm que ser apoiadas em infra estruturas, E que as Câmaras Municipais apoiam as empresas, o que não acontece

com a administração central. -----

FLOR AGOSTINHO: Manifesta a sua preocupação a nível nacional, dizendo que seria importante se este imposto viesse a gerar uma grande receita, o que não acontece, face à situação nacional que se reflecte nas empresas. -----

JORGE SÃO MARCOS: Refere que a diminuição do peso da derrama representa um justo benefício fiscal para as empresas do município. Assim, defende a diminuição de uma décima para as empresas com o valor de negócio superior a 150 mil Euros, e duas décimas para quem tem níveis de negócio com valor inferior a 150 mil Euros. Menciona que os apoios do QREN aumentaram a percentagem de comparticipação da Câmara, e as receitas provenientes da AdRA poderão servir para compensar algumas falhas que porventura venham a existir. -----

JOSÉ LOUREIRO: Diz que os números que constam dos documentos são representação inequívoca dos cortes orçamentais das empresas, mesmo as empresas sedeadas no Município, consideradas como grandes empresas apresentam um valor exíguo de derrama, isto é, significa que não apresentam lucros, representando pouco para a Câmara Municipal. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Destaca o investimento da Câmara Municipal em cinco Centros Escolares e na construção da variante nascente a Ílhavo, demonstrando que não sendo ano de eleições há investimento. Informa que as empresas nunca se dirigiram à Câmara Municipal solicitando a suspensão destas taxas, porque elas não são relevantes na estrutura das mesmas. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JORGE SÃO MARCOS: Indica que se congratula com a positividade de actividades no Município, demonstrando que o importante é contribuir para o desenvolvimento local. -----

--
VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria, com dezasseis (16) votos a favor do PSD e sete votos contra (6 PS e 1CDU) e duas abstenções dos membros António Pinho e Domingos Vilarinho. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa informou que terminado a discussão de todos os pontos da Ordem de Trabalhos e como não havia público para intervir, deu por finda a reunião pelas 23H15 do dia. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____
O 1º Secretário _____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 03/12/10